

DOCUMENTAÇÃO

A Natureza gerida pela técnica

O movimento ecologista tem-se baseado muitas vezes em denúncias extremas e exigências dificilmente compatíveis com o desenvolvimento. Pelo contrário, o “Manifesto Ecomodernista”, publicado no passado dia 14 de abril, envolve uma mudança de abordagem para encontrar saídas viáveis e está a provocar um debate. O essencial é que consideram o ser humano o aliado, não o inimigo da Natureza, e na tecnologia moderna veem não um poder destruidor, mas o principal meio para a gerir.

Os 18 autores do “Manifesto Ecomodernista” são cientistas, ecologistas ou professores dos Estados Unidos, Austrália, Índia e Canadá. A maioria trabalha em universidades, outros encontram-se em várias fundações, um é cineasta (Robert Stone, realizador do documentário “Pandora’s Promise”, sobre a energia nuclear). Vários pertencem ao Breakthrough Institute, promotor do manifesto, entre os quais, os fundadores, Ted Norhaus e Michael Shellenberger.

O Breakthrough Institute é um centro de investigação sobre energia e ambiente que se quer distinguir, como o seu próprio nome indica, por lançar ideias de rutura. Se pensarmos nas longas, azedas e até agora infrutuosas negociações internacionais sobre a mudança climática, a solução com maior grau de rutura seria uma solução prática que elimine a estagnação.

O Protocolo de Quioto, de 1997, fixava metas somente aos países desenvolvidos, por serem as principais fontes dos gases com efeito de estufa acumulados até à altura, e deixava para um acordo posterior a redução por parte dos restantes países. O protocolo terminou em 2012, e já não há forma de conter as emissões sem o esforço dos países em desenvolvimento, sobretudo os maiores (China, Índia).

Mas estes não querem enfrentar sem mais nem menos os sacrifícios que não fizeram os países ricos, primeiros responsáveis pelo problema, nas suas fases de desenvolvimento. Reclamam substanciais compensações, que por seu turno os países desenvolvidos consideram excessivas e fora do seu alcance. Por seu lado, os ecologistas não querem concessões a um ou outro lado, que impliquem renunciar a estabilizar a concentração de gases, única maneira de evitar males irreversíveis. Este é o difícil panorama que terá

de enfrentar a próxima conferência mundial sobre o clima de Paris, em dezembro deste ano.

Perante a situação, os “eco pragmáticos” advertem no Manifesto: “Todo o conflito entre mitigar a mudança climática e continuar o processo de desenvolvimento que está a permitir a milhões de seres humanos alcançar um nível de vida moderno, continuará a resolver-se decididamente a favor do segundo”. Simplesmente, porque “a mudança climática e outros problemas ecológicos globais não são as preocupações imediatas mais importantes para a maioria da população mundial, nem devem sê-lo”. Por exemplo, uma nova central elétrica de carvão contribui para a poluição atmosférica e o efeito de estufa, mas também melhora a vida a pessoas que careciam de eletricidade e respiravam um ar doentio nas suas próprias casas por queimarem estrume para cozinhar.

Dois mitos

A solução viável e realista para os problemas do ambiente reside, defende o Manifesto, na tecnologia e no desenvolvimento. À primeira vista, parece contraintuitivo. Não foi o homem moderno, desde a Revolução Industrial, com o seu modelo de desenvolvimento, quem iniciou o aquecimento da Terra, destruiu ecossistemas, provocou a extinção de espécies, destruiu enormes superfícies de floresta, causou erosão e desertificação, poluiu lagos e rios com chuva ácida?

Mas isso não é o panorama completo. A ideia de que o homem moderno é inimigo do ambiente baseia-se em dois mitos e numa realidade.

O primeiro mito é que o homem antigo – ou os que antes se costumavam chamar “povos primitivos” – vivia em harmonia com a Natureza. Na realidade, as suas técnicas rudimentares tinham baixo rendimento e podiam conduzir a uma sobre-exploração destrutiva. O Manifesto oferece alguns exemplos. Na América do Norte, há cerca de cem mil anos, uma população humana de dois milhões no máximo, caçadores e recoletores nómadas, praticamente extinguiu os grandes mamíferos selvagens, além de ir destruindo e queimando florestas na sua passagem. Em todo o mundo, três quartos da deflorestação aconteceu antes da Revolução Industrial, pois até essa altura, devido à falta de carvão mineral ou de meios

para o extrair em grandes quantidades, a madeira era o principal combustível.

O reverso deste mito é o do esgotamento próximo dos recursos naturais, profecia repetida desde o relatório do Clube de Roma, “Os limites do crescimento” (1970). Contra as teses do neomalthusianismo, o relatório refere que “são extremamente escassos os indícios de que a população humana e a expansão económica venham a ultrapassar a capacidade de produzir alimentos ou de obter recursos materiais básicos no futuro previsível”.

Para lá do desenvolvimento sustentável

Mas é uma realidade, como também reconhece o Manifesto, que o desenvolvimento moderno degradou o ambiente. Por isso, hoje pretende-se corrigir o rumo aplicando o princípio do “desenvolvimento sustentável”. Tal como o definiu o relatório Brundtland (“O nosso futuro comum”), encomendado pela ONU, é o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem pôr em perigo a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas”.

Isso pode-se aplicar de muitas maneiras, mas os considerados “modos de vida sustentáveis”, tal como foram propostos e realizados até agora, são projetos como eco aldeias, edificação verde, agricultura biológica... baseados num nível menor de consumo e em utilizar somente recursos renováveis. Por exemplo, nas eco aldeias modelo, as águas residuais são tratadas com “máquinas vivas” que imitam a ação de ecossistemas como os pantanais. A água é purificada fazendo-a passar por depósitos de terra com diversas plantas e bactérias.

São experiências verdadeiramente valiosas e interessantes. Mas servem apenas como opção para minorias. Milhares de aldeias em África ou na Ásia do sul consomem menos ainda, não por consciência conservacionista, mas porque não têm mais. A agricultura biológica não é suficiente para alimentar a humanidade: aquilo que superou a fome de grande parte do mundo foi a “revolução verde” de culturas intensivas e de elevado rendimento. O desenvolvimento de que necessita a maior parte dos seres humanos tem de incluir isso, e igualmente centrais elétricas, infraestruturas de transportes... o que nos países desenvolvidos é dado por adquirido.

Por isso, o Manifesto sugere outro caminho. “Defendemos um velho ideal ecologista: que a humanidade deve reduzir os seus impactos no ambiente, para deixar mais espaço para a Natureza; mas recusamos outro: que as sociedades humanas devem integrar-se na Natureza para evitar o colapso económico e ecológico. Já não é possível conciliar esses dois ideais”. Renunciar ao segundo sem abandonar o primeiro exige tecnologia.

Deixar mais espaço para a Natureza

Segundo o argumento eco modernista, em vez de nos integrarmos na Natureza, temos de “nos desvincular” dela, no sentido de reduzir a nossa dependência da Natureza para nosso sustento e bem-estar. A forma de o conseguir é “intensificar” as atividades humanas: torná-las mais intensivas, de modo que exijam menos terreno e interfiram menos com os ecossistemas naturais. Vista de outra perspectiva, a desvinculação também é “libertar o ambiente da economia”.

A desvinculação já está em marcha em diferentes âmbitos, pois é uma característica de muitos desenvolvimentos técnicos que procuram aumentar o rendimento dos recursos. Das primitivas sociedades de caçadores e recolectores, até às atuais culturas e criação de gado intensivos, diminuiu muito a superfície de espaço natural de que os seres humanos necessitam apropriar-se e explorar para obter o sustento. Nalguns casos, a utilização de recursos naturais baixou tanto em termos relativos, que se reduziu a quantidade total, apesar do aumento populacional. No conjunto do mundo, o terreno dedicado a explorações madeireiras diminuiu em 50 milhões de hectares nos últimos vinte anos.

“As técnicas modernas, ao utilizarem de modo mais eficiente os recursos dos ecossistemas naturais, oferecem uma possibilidade real de reduzir o impacto total dos seres humanos na biosfera”. Isto exige, segundo os eco modernistas, acelerar a desvinculação. Além da agricultura intensiva, da piscicultura ou da substituição de combustíveis muito poluentes e de escasso poder energético (madeira, carvão vegetal) por outros considerados melhores, o Manifesto propõe outras ideias que são menos evidentes.

Urbanizar para conservar

Uma é a urbanização. As cidades parecem ser como que um símbolo contrário à ecologia. O Manifesto reconhece que as cidades provocam um forte impacto ambiental noutros lugares, devido às suas grandes necessidades de abastecimento e, portanto, têm de se combinar com a produção intensiva fora delas. Mas é um facto que a população urbana já é maioritária no mundo. As cidades, que abarcam cerca de 60 % da humanidade em somente 3 % da superfície terrestre (o Manifesto não diz se tem em conta apenas a superfície habitável), “fornecem de modo muito mais eficiente que as economias rurais as necessidades materiais, ao mesmo tempo que reduzem o impacto no ambiente”.

Outra proposta, polémica, é a de recorrer mais à energia nuclear. Para que os países pobres se desenvolvam sem que o façam à custa do ambiente, dizem os eco modernistas, é preciso generalizar o acesso às fontes modernas de energia. Assim, pode-se mecanizar a agricultura, tratar os resíduos,

dessalinizar a água do mar, reciclar metais em vez de fazer mais extrações das minas.

Ora, usar mais energia pressupõe, atualmente, emitir mais CO₂. E as necessidades futuras dos países em desenvolvimento não poderão ser satisfeitas com energias renováveis; delas, só as recentes células fotovoltaicas são fonte de esperança, segundo os autores do manifesto, para darem um contributo significativo. Mas “a fissão nuclear é a única tecnologia atual sem emissões de carbono com capacidade comprovada de satisfazer a maioria, ou mesmo o total, da procura energética de uma economia moderna”. Os autores do Manifesto confiam que, a muito curto prazo, se possa dominar a fusão nuclear, a qual seria uma fonte de energia quase ilimitada.

Ecologismo espiritual

Amostra do seu pragmatismo, os ecomodernistas não acreditam que as suas ideias venham a ser universalmente adotadas, embora esperem que marquem a tendência geral. Por exemplo, o abandono da energia nuclear na Alemanha e no Japão, parece-lhes contraproducente, mas compreendem que, no fim de contas, as opções tecnológicas dependem das instituições e da cultura de cada lugar. Admitem igualmente, que continuará a haver lugares onde as pessoas preferam integrar as culturas e a paisagem rural com o espaço natural, mesmo que isso seja menos rentável, em vez da separação entre a agricultura intensiva e os ecossistemas não explorados que eles propõem.

A verdade é que – mostrando não serem puros pragmáticos – as suas próprias soluções não se virão a sustentar por razões meramente utilitárias, mas mais por outras “espirituais ou estéticas”. Anotam: “O empenho em preservar paisagens pelo seu valor não utilitário é uma opção antropogénica. (...) Respeitar a Natureza selvagem não é menos uma decisão humana, ao serviço de preferências humanas, do que aplaná-la com escavadoras”. Isso implica, dir-se-ia, reconhecer, contra certas correntes ecologistas, que o homem não é mais um ser natural como outros: tem necessidades e objetivos superiores aos biológicos e a responsabilidade de administrar a Natureza.

“Esperamos”, dizem os autores no final do Manifesto, “que este documento possa contribuir para melhorar a qualidade e o teor do diálogo sobre como proteger o ambiente no século XXI. Demasiadas vezes, as discussões sobre o ambiente têm estado dominadas pelas posições extremas e repletas de dogmatismo, o que, por seu turno, fomenta a intolerância”.

R. S.

(com autorização de

www.aceprensa.pt)

Reações ao “Manifesto Ecomodernista”

O “Manifesto Ecomodernista” está a ser objeto de comentários elogiosos, mas também tem aspetos discutíveis, salientam algumas críticas.

O Manifesto destaca a energia como capital, tanto para o desenvolvimento, como para a proteção do ambiente; mas é necessário obtê-la recorrendo cada vez menos a combustíveis fósseis. A este respeito, as esperanças ecomodernistas na energia nuclear suscitam dúvidas.

Deixando de lado a questão de se é realista confiar em que a fusão será viável técnica e comercialmente no futuro próximo, o Manifesto não tem em conta as dificuldades económicas que implicaria uma expansão nuclear. Erguer uma central nuclear exige um investimento enorme, que dificilmente o setor privado está em condições de enfrentar sem um substancial apoio público. As tentativas de construir centrais sem subsídios, de acordo com modelos que permitam consegui-lo em menos tempo e com menor custo, como na Finlândia, até agora ultrapassaram em muito os orçamentos e os prazos fixados. De facto, a expansão nuclear somente se coloca hoje num país como a China, que tem abundante capacidade de investimentos estatais e pouco medo da opinião pública. Mas tem de se reconhecer que se a China, graças à energia nuclear, deixasse de queimar tanto carvão, ajudaria muito a reduzir emissões de CO₂.

O Manifesto muito menos menciona o problema dos resíduos nucleares.

Quanto a alternativas aos combustíveis fósseis, Jesse Jenkins e Robert Wilson argumentam que o Manifesto não concede o crédito que a energia eólica merece. Não consideram que as células fotovoltaicas sejam a única fonte renovável de utilidade comprovada. As centrais eólicas, asseguram, já começam a ser competitivas e, portanto, uma alternativa viável às térmicas.

“Tecnofetichismo”

Clive Hamilton, professor de Ética Pública na Universidade de Melbourne, critica os eco modernistas pelo seu “tecnofetichismo”: confiar a solução à tecnologia. Esquecem, replica, a política, os interesses do setor energético e o seu poder para influir na elaboração de leis sobre o ambiente.

Por outro lado, o Manifesto propõe soluções que se referem à produção de eletricidade ou às fontes de calor de uso doméstico. No entanto, os transportes, que usam sobretudo combustíveis fósseis, constituem uma parte importante e crescente do consumo mundial de energia: 23 % em 1973, 30 % em 2012. Por falta de ideias sobre isto, a confiança dos

ecomodernistas no desenvolvimento sem aumento de emissões, não parece ser de todo fundamentada.

Entre os comentários favoráveis, além dos que se manifestam de acordo com as propostas do Manifesto, alguns elogiam a sua abordagem geral antropocêntrica. Eric Holthaus celebra em "Slate", que os eco modernistas queiram pôr fim à ideia que considera os seres humanos uma praga para o planeta e os pinta como os maus desta história. Ben Heard, que se define como um "antigo profissional da sustentabilidade", diz que, neste campo, muitos perderam o amor ao homem, e o eco modernismo pode ser um bom ponto de partida para corrigir a perspetiva. Não é em vão que o Manifesto chama à era presente "Antro-poceno".

R. S.

(com autorização de

www.aceprensa.pt)